

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de novembro de 2019, pelas 10 horas e 35 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Apresentação de eventuais propostas para o regulamento da Comissão;**
2. **Apresentação de eventuais propostas de constituição de subcomissões;**
3. **Apresentação de eventuais propostas para o plano de atividades da Comissão;**
4. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
5. **Apreciação e votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para audição urgente do Ministro da Administração Interna para esclarecimentos sobre o sobre alegado envolvimento de funcionários do SEF em ações de auxílio à imigração ilegal;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição urgente do Ministro da Administração Interna para esclarecimento sobre alegado envolvimento de funcionários do SEF em ações de auxílio à imigração ilegal;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para constituição de um Grupo de Trabalho sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência;**
6. **Designação do Júri do Prémio Direitos Humanos 2019;**
7. **Designação dos representantes dos Grupos Parlamentares com assento na Comissão para membros do Conselho dos Julgados de Paz, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz;**
8. **Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Luís Marques Guedes, foi debatida a questão da aprovação do regulamento da Comissão, tendo o Senhor Presidente sugerido aos Grupos Parlamentares e os Deputados que apresentassem propostas escritas. O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) referiu que, relativamente à questão dos tempos de intervenção em Comissão, deveria ser feita, pela Conferência dos Presidentes das Comissões, uma tentativa de harmonização da metodologia a adotar nas diferentes comissões permanentes, pelo que se deveria aguardar essa decisão. Também a Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos destacou a necessidade de uniformização relativamente à questão dos tempos de intervenção e informou que, naquele dia, o Grupo Parlamentar do PS teria uma reunião de coordenadores para tentar encontrar uma solução, pelo que solicitava o adiamento deste tema para a reunião seguinte. O Senhor Presidente disse concordar



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

que se aguardasse pela reunião da Conferência dos Presidentes das Comissões, embora até ao momento não estivesse prevista uma data para o efeito.

No segundo ponto da ordem de trabalhos, que consistia na apresentação de eventuais propostas de constituição de subcomissões, o Senhor Presidente manifestou a intenção de, tal como em Legislaturas anteriores, a Comissão apresentar uma proposta concreta ao Presidente da Assembleia da República. Nesse sentido, a Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos (PS) defendeu a constituição da subcomissão para a Igualdade e não Discriminação, devendo ser ponderada a inclusão dos direitos das pessoas com deficiência no seu âmbito, e não num grupo de trabalho, tal como propunha o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) começou por recordar que a matéria da deficiência era tratada noutra sede, mais propriamente na Comissão de Trabalho e Segurança Social, disse também concordar com a constituição da Subcomissão da Igualdade e não discriminação, já existente na XIII Legislatura, e propôs a criação de uma nova subcomissão – a Subcomissão para a cidadania - que se dedicasse às matérias da proteção das crianças e jovens em risco, imigrantes (acolhimento de refugiados e asilo) e sistema prisional. A Senhora Deputada Cláudia Cruz Santos (PS) contestou dizendo não encontrar elementos comuns que justifiquem o tratamento conjunto dessas matérias, tendo o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) retorquido que também a Subcomissão para a Igualdade e não discriminação tratava matérias distintas e transversais.

O Senhor Presidente esclareceu que a lógica da constituição das subcomissões não era a de retirar competências à Comissão, mas, sim, a de trazer mais visibilidade e a determinadas áreas; além de que – acrescentou - não dispunham de poderes deliberativos, tendo o Senhor Deputado António Filipe (PCP) realçado a preocupação de, com a criação de subcomissões, não se criarem conflitos de competências com outras comissões permanentes, alertando também para o facto de a 1.ª Comissão ter uma agenda muito sobrecarregada e de a criação de uma multiplicidade de subcomissões e grupos de trabalho trazer dificuldades práticas, pelo que apelava a que houvesse alguma sensatez no tratamento desta matéria.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

A Senhora Deputada Sandra Cunha (BE) disse não fazer sentido a nova subcomissão proposta pelo PSD, acrescentando que a proteção de crianças e jovens poderia caber na Subcomissão para a Igualdade. Já o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) declarou não ser contra a constituição de subcomissões, mas que gostaria que não houvesse uma proliferação de subcomissões e grupos de trabalho, dada a incapacidade de acompanhamento por parte dos grupos parlamentares com menor número de Deputados.

A Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) disse não concordar com a nova subcomissão proposta pelo PSD por entender que a proteção dos jovens, imigrantes e reclusos são matérias de excelência do plenário da Comissão. E o Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) acrescentou que a agregação desses temas numa subcomissão não fazia sentido e prestava-se a leituras perversas e que nada tinha a opor a que a matéria da deficiência fosse acolhida na Subcomissão para a Igualdade e não discriminação.

Como ponto de ordem, o Senhor Presidente clarificou que subcomissões e grupos de trabalho têm objetivos distintos, as primeiras assegurando o tratamento de temas específicos em continuidade e os segundos com caráter pontual.

Intervieram, ainda, as Senhoras e os Senhores Deputados João Ataíde (PS), Inês de Sousa Real (BE), Joacine Katar Moreira (L), Elza Pais (PS), Duarte Marques (PSD), André Ventura (CH), Pedro Delgado Alves (PS) e Mónica Quintela (PSD), que manifestaram diferentes posições sobre a matéria, refletindo duas perspetivas: por um lado, a preocupação em relação à excessiva fragmentação, com a criação de subcomissões e grupos de trabalho, e, por outro lado, a importância de dar maior dignidade e visibilidade a certos temas.

Perante a diversidade de posições, o Senhor Presidente, sugeriu que fizessem chegar as propostas, devidamente fundamentadas, à Comissão, para se concluir esta discussão na reunião seguinte.

No ponto seguinte, o Senhor Presidente informou que iria distribuir um projeto de plano de atividades para a 1.ª sessão legislativa, ficando a aguardar propostas dos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

grupos parlamentares e dos Deputados, ponto que seria reagendado para a reunião seguinte.

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

PROJETOS DE LEI

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR DATA
PJL 1/XIV/1.ª (BE)	Reconhece as crianças que testemunhem ou vivam em contexto de violência doméstica enquanto vítimas desse crime (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e 47.ª alteração ao Código Penal)	Deputada Elza Pais (PS) Consultas a promover: CSMP, CSM e O.A
PJL 2/XIV/1.ª (BE)	Torna obrigatória, nos casos de violência doméstica, a recolha de declarações para memória futura das vítimas (6.ª alteração ao regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica e à proteção e à assistência das suas vítimas)	Deputada Isabel Alves Moreira Consultas a promover: CSMP, CSM e O.A
PJL 3/XIV/1.ª (BE)	Altera a Lei da Nacionalidade e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado (9.ª alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro e 34.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 322-a/2001, de 14 de dezembro)	Deputada Constança Urbano de Sousa (PS) Consultas a promover: CSMP, CSM e O.A
PJL 4/XIV/1.ª (BE)	Define e regula as condições em que a antecipação da morte, por decisão da própria pessoa com lesão definitiva ou doença incurável e fatal e que se encontra em sofrimento duradouro e insuportável, não é punível	Deputada Sandra Pereira (PSD) Consultas a promover: CSMP; CSM; O.A; OM; OE; OPP; CNECV
PJL 8/XIV/1.ª (PCP)	Aprova o estatuto da condição policial	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) Apreciação Pública
PJL 15/XIV/1.ª (PCP)	Condições de Saúde e Segurança no Trabalho nas Forças e Serviços de Segurança	Deputada Romualda Fernandes (PS) Apreciação Pública
PJL 28/XIV/1.ª (CDS-PP)	Agravamento da moldura penal para crimes, praticados com violência, nas escolas e suas imediações ou contra a comunidade escolar (50.ª alteração ao Código Penal)	Deputada Mónica Quintela (PSD) Consultas a promover: CSMP; CSM; O.A
PJL 30/XIV/1.ª (CDS-PP)	Regulamenta a atividade de representação profissional de interesses ("LOBBYING")	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) Consultas a promover: CSMP; CSM O.A; CSTAF; CES; ANMP; ANAFRE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

PROJETO DE REGIMENTO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM COMISSÃO
PR n.º 1/XIV/IL	Quarta alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, de modo a assegurar a justa e proporcional representatividade de todos os partidos políticos	(aguarda a entrada de iniciativas similares)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º AUTOR	ASSUNTO	DISCUSSÃO E VOTAÇÃO EM COMISSÃO
PJR n.º 24/XIV/1.ª (CH)	Recomenda a redução do número de Deputados no Parlamento Português	Solicitada a subida a Plenário por indicação do Proponente

No ponto seguinte, procedeu-se à apreciação conjunta dos requerimentos apresentados pelos Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP, para audição urgente do Ministro da Administração Interna para prestar esclarecimentos sobre o alegado envolvimento de funcionários do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em ações de auxílio à imigração ilegal, que foram apresentados separadamente pelos Senhores Deputados Carlos Peixoto (PSD) e Telmo Correia (CDS-PP), tendo estes manifestado a intenção de ver tratada este assunto numa audição própria, autónoma com o Ministro da Administração Interna e não na regimental. No debate, intervieram as Senhoras e os Senhores Deputados Cláudia Cruz Santos (PS), André Ventura (CH), António Filipe (PCP) e João Ataíde (PS), declarando que os respetivos grupos parlamentares iriam votar favoravelmente os requerimentos.

No final, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) disse que gostaria que o requerimento do CDS-PP também fosse votado, apesar de ser coincidente com o do PSD, tendo o Senhor Presidente que compreendia que assim fosse, uma vez que os requerimentos também são atos políticos, mas que tal não interferiria na organização dos trabalhos, designadamente na ordem das intervenções dos grupos parlamentares na audição requerida.

No final, submetido a votação, o requerimento do PSD foi aprovado por unanimidade. Foi igualmente aprovado por unanimidade o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

A apreciação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para constituição de um grupo de trabalho sobre os direitos das pessoas com deficiência ficou prejudicada, uma vez que a matéria foi tratada no ponto reservado à apreciação de propostas de constituição de subcomissões e teria de ser articulada com a Comissão de Trabalho e Segurança Social, Comissão tradicionalmente competente na matéria da deficiência.

No sexto ponto, foi deliberado constituir o júri que proporá ao Presidente da Assembleia da República a atribuição do Prémio Direitos Humanos 2019, com a seguinte composição:

- Deputado Luís Marques Guedes (PSD) (Presidente);
- Deputada Cláudia Cruz Santos (PS);
- Deputado Fernando Negrão (PSD);
- Deputada Beatriz Gomes Dias (BE);
- Deputado António Filipe (PCP);
- Deputado Telmo Correia (CDS-PP);
- Deputada Inês de Sousa Real (PAN);
- Deputado André Ventura (CH);
- Deputada Joacine Katar Moreira (L)

Foi deliberado que, atenta a urgência na escolha dos premiados, o Júri reunisse logo no dia seguinte, 14 de novembro, às 15 horas e 30 minutos.

Procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, do sétimo ponto da ordem de trabalhos, que consistia na designação dos representantes dos Grupos parlamentares com assento na Comissão para membros do Conselho dos Julgados de Paz, nos termos da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 65.º da Lei de Organização, Competência e Funcionamento dos Julgados de Paz.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 5 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

Palácio de São Bento, 13 de novembro de 2019

O Presidente da Comissão

(Luís Marques Guedes)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 3/XIV/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

André Coelho Lima
André Neves
André Ventura
António Filipe
Artur Soveral Andrade
Catarina Rocha Ferreira
Cláudia Santos
Elza Pais
Francisco Pereira Oliveira
Inês de Sousa Real
Isabel Alves Moreira
Isabel Rodrigues
Joacine Katar Moreira
Joana Sá Pereira
João Ataíde
José Magalhães
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Mónica Quintela
Pedro Delgado Alves
Pedro Rodrigues
Romualda Fernandes
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Alma Rivera
Beatriz Gomes Dias
Carlos Peixoto
Duarte Marques
Emília Cerqueira
Fabíola Cardoso
Fernando Negrão
Lina Lopes
Paulo Marques
Sandra Pereira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: